

PRECONCEITO, COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES NO AMBIENTE DE TRABALHO

Renata Louzada Xavier *

RESUMO

Este trabalho buscou identificar traços de preconceito linguístico no ambiente profissional escolar, através de entrevistas realizadas com professores e alunos, verificando se a atitude percebida na comunicação estabelecida entre eles poderia interferir em suas relações diárias. Ao não reconhecer a diversidade do português falado no Brasil, a escola tenta impor sua norma linguística como se ela fosse a língua comum a todos os brasileiros, independente de sua idade, de sua origem geográfica, étnica, de sua situação socioeconômica, de seu grau de escolarização.

Palavras-chave: Preconceito. Comunicação. Relações Interpessoais.

1 INTRODUÇÃO

Ao abordar a questão da atitude diante da variabilidade linguística entre estudantes e docentes, pretende-se proporcionar a percepção dessas variedades e suas determinantes, e caracterizar a atitude que alunos e professores manifestam perante essas situações, a fim de nortear a consciência individual e coletiva com relação a usos monitorados e não monitorados da língua.

O papel fundamental da escola é levar as pessoas a conhecer e aprender coisas que elas não sabem. Assim, na questão da linguagem, a tarefa da escola consiste em levar os educandos a dominar plenamente a leitura e a escrita, e também conhecer e usar outras formas de falar e escrever, entre elas as formas tradicionais ou “cultas”. Pode-se dizer que a escola precisa “ampliar o repertório

* Graduada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Língua Espanhola e respectivas literaturas pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Especialista em Linguística e ensino do Português pela mesma Universidade. Professora de Língua Portuguesa, Redação e Língua Espanhola do Ensino Médio do Colégio Marista São Francisco, do Rio Grande

linguístico dos alunos”. Dessa forma, isso deve ser feito como um meio de estimular e democratizar as relações sociais, e não pela imposição das formas consideradas as únicas “certas”.

Considera-se a linguagem como a capacidade humana de articular significados coletivos e compará-los, variando de acordo com as necessidades e experiências de vida em sociedade. A principal razão de qualquer ato de linguagem é a produção de sentido. Imagine-se uma sociedade em que não haja uma língua como modo de comunicação. Como seria uma sociedade sem linguagem? Evidentemente, não haveria escrita nem outras formas de comunicação pela palavra, e os recursos de aprendizado seriam muito restritos.

É impensável a vida social como a conhecemos sem a existência de um idioma: onde houver sociedade humana, haverá língua. É o instrumento que liga as pessoas, através dos tempos, aos antepassados e ao futuro. A linguagem é uma herança social que envolve indivíduos; permeia o conhecimento, o pensamento, a comunicação e a ação. A linguagem movimenta e é movimentada pelo homem. Não há linguagem no vazio, seu objetivo é a interação, a comunicação com o outro.

Sendo a língua uma atividade social, um trabalho coletivo, pode-se afirmar que é uma estrutura heterogênea, múltipla, variável. Assim, não tem sentido falar de variação linguística como um problema. Ao contrário: a construção de uma norma-padrão idealizada é que representa o verdadeiro problema da

sociedade letrada, quando pensamos em educação linguística e igualdade social.

Segundo Bagno, a noção de “erro”, em língua, tem a mesma origem das outras concepções de “certo” e “errado” que circulam na nossa sociedade. Todas as classificações sociais e culturais de “certo” e “errado” são resultado de visões de mundo, de juízos de valor, de crenças culturais e, por isso, estão sujeitas a mudar com o tempo.

A língua não é simplesmente um “meio de comunicação”, mas sim um poderoso instrumento de controle social, de promoção ou de humilhação, de inclusão ou exclusão. Quem está no poder quer continuar nele e, para isso, a maneira de falar dos poderosos, dos privilegiados, se transforma numa arma de defesa do poder. Nesse caso, os poderosos podem dizer que a língua é a minha, o resto é o resto, não é português, entre outras afirmações. Assim, a língua é conflituosa porque a sociedade em que vivem seus falantes também o é. Dessa forma, concorda-se com Bagno, quando afirma que há a necessidade de uma educação nova, uma reorganização dos saberes linguísticos que não tem nada a ver com “correção”; ao contrário, é preciso partir daquilo que a pessoa já sabe: falar a sua língua materna com desenvoltura e eficiência.

Cumpramos aqui salientar que não se pretende sugerir a substituição da “norma-padrão” por outra, talvez mais atualizada, mas que haja o convívio tranquilo e tolerância entre as muitas formas de se dizer a mesma coisa, reconhecendo nelas a riqueza

za da língua e da cultura. Dessa forma, propõe-se que a escola mantenha o ensino da norma-padrão, mas que, no entanto, aceite e valorize a gramática internalizada de cada indivíduo; que fique claro que todos devem conhecer o padrão culto de seu idioma, pois poderão utilizá-lo em situações apropriadas e que exigem o uso de uma linguagem mais polida. Entretanto, a instituição escolar precisa dar voz a todos indiscriminadamente, e isso só será conseguido se for feita para o povo e valorize tudo o que dele

vem. O que os linguistas almejam é que as pessoas não tenham medo de usar a língua do modo como sabem, como ouvem e leem, seja em casa, no trabalho, na televisão, no rádio, na rua, nos jornais, entre outros. Se se vive numa sociedade democrática, é imprescindível valorizar as diferenças de sexo, de cor de pele, de opção religiosa, de condições físicas e, também e, sobretudo, as diferenças nos comportamentos linguísticos, reflexo mais externo da diversidade cultural.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A percepção que se tem do “outro” como estranho, diferente, não acontece de maneira abstrata, nem desinteressada. Todos enxergam o mundo através das lentes, dos filtros que lhes são fornecidos pela cultura que cercou sua criação e seus valores religiosos, familiares e outros.

2.1 PRECONCEITO

O meio em que cresce e é educado põe o homem em contato com determinados sistemas padronizados de classificação das coisas e também das pessoas, que aparentam ser inatos, mas que na verdade são aprendidos. Noções e categorias relativas a distância, a espaço, a padrões estéticos, ao que é considerado “bem” ou “mal”, entre outras, são fortemente marcadas pela sua cultura. Culturas diversas elaboram seus próprios sistemas de classificação, que vão sofrendo modificações ao

longo do tempo.

Ocorre, entretanto, que as categorias de classificação vigentes no meio em que se vive também são valorativas, ou seja, atribuem valores positivos ou negativos ao “diferente”, ao “outro”, ao “estranho”, àquilo que não se está habituado a observar ou àquilo com que não se está acostumado a conviver. Quando se trata de grupos de pessoas cultural e/ou fisicamente diferentes daquelas que fazem parte do seu próprio grupo ou rotina diária, as categorias de classificação assimiladas levam a enquadrar de imediato qualquer uma dessas pessoas em rótulos preestabelecidos (o que também conduz a fazer julgamentos de valor).

Quem não ouviu frases como “Preto, quando não faz na entrada, faz na saída”; “Lugar de mulher é na cozinha”; “Esse é um programa de índio”? Esses exemplos ilustram manifestações típicas de precon-

ceito, e seria muito fácil reunir aqui um número muito maior desses exemplos.

Mas, afinal, o que é preconceito?

Preconceito, ensina o dicionário Aurélio (FERREIRA, 1993, p. 437), é uma ideia preconcebida; suspeita, intolerância, aversão a outras raças, credos, religiões, etc. Portanto, preconceito significa “conceito prévio”, formulado sem o cuidado de permitir que os fatos sejam investigados e possam contrariar nossos julgamentos ou opiniões. Atitudes preconceituosas são emocionalmente condicionadas e acabam por provocar simpatias ou antipatias com relação a indivíduos ou grupos. Como se pode ver, o preconceito é uma manifestação irracional, que envolve emocionalmente, impedindo que se possa examinar a complexidade dos fatos de forma honesta e objetiva.

Mas o ser humano não nasce preconceituoso, ao contrário: atitudes, sentimentos e comportamentos preconceituosos são aprendidos, interiorizados pelas pessoas desde a mais tenra idade. Inconscientemente, as crianças absorvem noções preconcebidas, sem que tenham possibilidade de avaliá-las de maneira crítica, o que torna muito difícil revê-las na vida adulta. Quando assistem à televisão, as crianças muitas vezes observam personagens negros, femininos, velhos, pobres, judeus, árabes, homossexuais e outros sendo desqualificados e ridicularizados nos filmes, programas humorísticos, novelas e campanhas publicitárias.

Imagens preconceituosas e caricaturais tam-

bém são comuns nas revistas em quadrinhos e tiras humorísticas dos jornais. Como exemplo, tem-se o “Chico Bento” – personagem de Maurício de Souza – que caricatura o cidadão do meio rural como ingênuo, quase tolo, dotado de um raciocínio simplista.

Livros didáticos, também, não estão imunes ao preconceito. Não é raro fazerem referências deformadas e simplificadas a respeito dos papéis femininos, do modo de vida indígena, apresentando ainda passagens de cunho machista e noções equivocadas sobre os escravos e o subdesenvolvimento do Brasil.

2.2 PRECONCEITO LINGUÍSTICO

No Brasil, fala-se português e convencionou-se que o português falado deve seguir a norma do português escrito. Isso quer dizer que, ao longo dos anos, a gramática normativa, enquanto construção teórica, e a língua oral empregada pelos brasileiros foram tratadas como se constituíssem um só objeto. O português que se aprende na escola é chamado padrão, cujas regras de composição são definidas pela gramática normativa.

Entretanto, as diferenças entre o português falado e o escrito são muitas. Isso constitui uma das principais dificuldades enfrentadas pela escola. Isso se deve ao fato de que o português que aparece nos textos escritos não é a língua materna das pessoas. A língua que se aprende em casa é a que se fala, mas não é a mesma que se escreve. Tais diferenças podem, muitas vezes, interferir na comunicação.

No dizer de Perini (2005, p.36), há duas línguas no Brasil: uma que se escreve (e que recebe o nome de “português”); e outra que se fala (e que é tão desprezada que nem tem nome). E é esta última a língua materna dos brasileiros; a outra (o “português”) tem de ser aprendida na escola. O autor chama a língua falada no Brasil de vernáculo brasileiro, dizendo que:

No Brasil se escreve em português uma língua que também funciona como língua de civilização em Portugal e em alguns países da África. Mas a língua que se fala no Brasil é o vernáculo brasileiro, que não se usa nem em Portugal nem na África.

De acordo com o mesmo autor, o português e o vernáculo são línguas muito parecidas. Mas não são idênticas. O que há é uma tendência a pensar que o vernáculo é simplesmente uma forma errada de falar português. No entanto, uma forma não interfere na outra: o vernáculo se usa em geral na fala informal e em certos textos escritos distensos, menos monitorados, ou literários, em que o realismo é importante; já, o português é usado na escrita formal, e só se fala mesmo em situações de alto monitoramento, como discursos de formatura ou posses. Então, Perini (2005, p.37) afirma que “o ‘certo’ (isto é, o aceito pelas convenções sociais) é escrever português e falar vernáculo. Não pode haver troca: é ‘errado’ escrever vernáculo e é também ‘errado’ falar o português”.

Nessa mesma direção, Bagno (2003, p.52) diz:

O que as pesquisas científicas feitas no Brasil nos últimos trinta anos têm revelado é o

seguinte: existe uma diferença muito grande entre o que as pessoas em geral chamam de norma culta, inspiradas na longa tradição gramatical normativo-prescritiva, e o que os pesquisadores profissionais chamam de norma culta, um termo técnico para designar formas linguísticas que existem na realidade social. Essa diferença se reflete também na postura que a pessoa assume diante dos fatos linguísticos. As pessoas que usam a expressão norma culta como um pré-conceito tentam encontrar em todas as manifestações linguísticas, faladas e escritas, esse ideal de língua, esse padrão preestabelecido que, como uma espécie de lei, todos teriam obrigação de conhecer e respeitar. Como é virtualmente impossível encontrar esse modelo abstrato na realidade da vida social, os defensores dessa noção de norma culta consideram que praticamente todas as pessoas, de todas as classes sociais, falam “errado”.

O fato é que a língua falada é muito mais dinâmica e flexível do que as regras da escrita formalizadas nos manuais didáticos. Portanto, língua falada e língua escrita são variedades totalmente diferentes. Contudo, no momento em que vemos uma luta intensa para abolir os mais diversos tipos de preconceito, aquele do tipo linguístico continua desconhecido fora dos círculos acadêmicos, e o que é pior, estimulado pelos meios de comunicação em massa.

Do modo como é conceituada, a língua é tradicionalmente entendida como algo fechado em si e autossuficiente. Para Saussure (1959), tratava-se de uma questão óbvia demais para merecer qualquer discussão mais aprofundada: todo o mundo sabe o que é e o que não é pertencente a qualquer língua. Os linguistas contemporâneos adotam como prin-

cípio norteador a ideia de que todas as línguas são funcionalmente equivalentes, ou seja, todas elas são igualmente dotadas de recursos para atender a todos os interesses de seus usuários.

Para Santos (1996), o que chamamos de “língua”, ou “língua portuguesa”, não passa de um rótulo para designar um vasto e não bem definido conjunto de variedades de grupos, que vão se subdividindo em subgrupos até chegar ao indivíduo.

Em qualquer sociedade humana existe sempre um grupo de pessoas que acredita que seu modo de falar é mais “bonito” ou mais “certo” que o dos outros grupos que compõem aquela comunidade. As

pessoas que tiveram acesso à escolarização formal, que dominam os usos mais prestigiados da escrita e que vivem nos ambientes urbanos mais valorizados consideram que seu modo de falar o português é “melhor” que o de outros sem instrução formal, analfabetos ou semianalfabetos e pobres. O resultado é a tradicional atitude do deboche e da humilhação.

Assim, acreditar na linguagem como importante instrumento de comunicação deveria ser um dos principais motivos de a aquisição da fala ser tão essencial e precoce, pois a fala é um aprendizado igual aos primeiros passos no ambiente familiar – natural e incontrolável.

3 METODOLOGIA

O *corpus* deste trabalho constitui-se de 11 entrevistas:

- a) 4 orais, com professores de diferentes componentes curriculares do Ensino Fundamental e do Médio;
- b) 7 escritas, com estudantes da 3ª série do ensino Médio.

Nessas entrevistas, apresentaram-se aos docentes questões que abordavam temas relacionados ao uso da linguagem oral e escrita no ambiente escolar e fora dele, sem que os informantes tivessem condições de identificar o emissor, nas seguintes situações:

- a) a transcrição de uma manifestação de um estudante do Ensino Médio durante uma aula;

- b) a transcrição de uma fala do presidente Lula, veiculada pelo Jornal Nacional;
- c) um parágrafo de uma redação de estudante do terceiro ano do Ensino Médio.

Os textos foram submetidos aos informantes professores com a finalidade de obter deles evidência de sua atitude a respeito do uso da língua em diferentes situações:

- a) sua impressão sobre a ocorrência de marcas de oralidade na escrita;
- b) qual a atitude que expressam quando instigados a reconhecer o padrão culto do idioma e ele não pode ser encontrado em sua integridade;
- c) se o não uso da norma culta prejudica ou desqualifica as relações interpessoais;

- d) se o fato de serem encontrados “problemas” referentes ao uso da língua padrão ocasiona falhas na comunicação.

A primeira transcrição continha a fala de um aluno de Ensino Médio (15 anos) referindo-se à realização de um trabalho em duplas em sala de aula. Ele dirige-se à professora a fim de reclamar da saída de um colega para a realização de uma atividade extraclasse, deixando-o sozinho para concluir a tarefa. A fala analisada foi a seguinte:

- (1) – “Pô, sora! i aí us cara vão ficá sozinho?”.

Escolheu-se essa fala com a intenção de se utilizar três diferentes formas de expressão e por ser a linguagem muito peculiar dos adolescentes. Nessa construção, percebe-se o uso de gírias – como já dito, típicas da idade – (“Pô”; “cara”), a supressão da marca de plural (“cara”; “sozinho”), de sílabas pré-tônicas iniciais (“sora”), da desinência de infinitivo (“ficá”) e a ocorrência de alofonias (“i”; “us”; “sozinho”). Baseando-se nesses desvios do padrão culto, tentou-se chamar a atenção dos informantes sobre as formas destacadas e motivá-los a expressar sua atitude em face delas.

Na segunda transcrição tratava-se de uma resposta do Presidente Lula a um repórter em entrevista veiculada no Jornal Nacional. A escolha desse dado deveu-se ao fato de o emissor ser uma pessoa pública, ocupante de um cargo de poder e prestígio social e, por constarem, seguidamente, em seu vocabulário variantes linguísticas típicas

de norma não culta. Ressalta-se aqui que os informantes não sabiam de quem se tratava, sua idade ou posição social.

A fala analisada foi:

- (2) – “... Se a gente fosse aceitá us palpiti de todos qui dão palpiti...”,

recortada de uma declaração do Presidente da República a respeito da “intromissão” do Poder Executivo no Judiciário, reagindo a declarações de ministros do STF que criticaram o lançamento de novos programas sociais em ano eleitoral e o aumento dos benefícios pagos pelo governo. Lula sustentou que se ele – Presidente da República – não dava palpites em outros poderes, o mesmo deveria valer com relação a suas decisões. Na transcrição analisada, encontram-se empregos não padrão culto como: uso de substantivo generalizado no lugar de um pronome pessoal (“a gente”), supressão da marca de plural (“palpiti”), omissão da desinência de infinitivo (“aceitá”), substituição de fonemas (“us”; “qui”; “palpite”).

Com relação à terceira análise – um parágrafo de redação de um aluno de Ensino Médio –, a intenção era questionar os informantes sobre a forma escrita (especialmente vocabulário e sintaxe de concordância) e suas implicações no entendimento do assunto tratado na conclusão do texto. Para a análise, foi solicitado aos informantes que lessem o seguinte parágrafo:

- (3) – “Talvez estes erros sejam por causa da falta de planejamento, ou, pelos novos elementos

que são colocados em locais inadequados, em fim os problemas acontecem pelo fato do desenvolvimento rápido e sem planejamento antecipado causando a grande fama negativa a lugares, que com um pouco mais de cautela pode se tornar o favorito”.

O tema proposto para a redação era a multiplicidade de raças, culturas e oportunidades nas cidades atualmente. A intenção, nesse caso, era de que os informantes percebessem usos “não cultos” na produção escrita do aluno.

As avaliações dos informantes alunos foram obtidas por meio de perguntas escritas acerca do uso da linguagem dos professores – como é vista pelos educandos –, e sobre a forma como é feita a correção tanto da oralidade como da escrita dos jovens. Para tanto, foram submetidas aos alunos as

seguintes questões:

1. Como tu vês o uso da linguagem oral por teus professores?
2. Os professores de todos os componentes curriculares preocupam-se com a tua linguagem? Fazem correções tanto na oralidade como na escrita, de trabalhos e provas?
3. Tu achas que teus professores cometem erros de linguagem? Se sim, acreditas que isso influencia no teu desenvolvimento como educando e, conseqüentemente, no entendimento dos conteúdos e atividades propostas?

O pressuposto foi que dificuldades de comunicação interdialetoal (Soares, 2008) podem ocasionar prejuízos à atividade pedagógica.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 PRESSUPOSTOS

(1) – “Pô, sora, i aí us cara vão ficá sozinho?”.

No enunciado, que expressa a indignação do aluno perante o fato de ficar sozinho para realizar a atividade, enquanto o colega se dirigia a uma outra atividade extraclasse, observam-se:

a) a questão de omitir sílabas da palavra “professora” é constante no meio acadêmico; raros são os alunos que se referem ao educador de outra forma que não essa. Vê-se aqui redução de redução: professora > fessora > sora; em alguns casos, tem-

se “psora”. Sugere-se que as duas sílabas iniciais foram se apagando até ficar apenas uma aspiração até desaparecer. Hoje, se vê em alguns casos, o uso de “profe”. É de se pensar que já poderia ser dicionarizada como tantas outras gírias que foram incorporadas ao nosso vocabulário;

b) ao analisar o apagamento da marca de concordância de número, o que se percebe é que, na maioria dos casos em que ocorre, quando o marcador de plural aparece junto ao artigo, o substantivo

e adjetivo que determina não recebem essa marca, ficando, assim, implícita no início do período (“us” – plural; “cara” e “sozinho” – plural subentendido). Tais características da oralidade podem ser consideradas “normais” de acordo com o meio em que são veiculadas; e ainda, não raro, falantes ditos “cultos” e propagadores do português correto também as utilizam.

(2) – “... Se “a gente” fosse “aceitá” “us” “palpiti” de todos “qui” dão “palpiti”...”.

É de conhecimento de todos que o Presidente da República recebe constantes críticas, mais ou menos contundentes, relativas ao seu modo de falar. Muitas pessoas, seja em nível nacional ou internacional, caracterizam sua linguagem como “pobre”, “errada”, “inadequada ao cargo que ocupa”; ele próprio é descrito como uma pessoa sem instrução e de origem humilde, o que reafirma o fato de ser considerado “inculto”, especialmente quanto à variedade linguística que utiliza. O que se vê, porém, é que se expressar totalmente de acordo com os padrões cultos da língua é algo praticamente utópico.

No momento em que se analisa a fala de qualquer pessoa, seja ela pública ou não, com maior ou menor grau de escolaridade, o que se encontra são diversas construções que fogem completamente ao proposto pela gramática normativa; raros são os indivíduos que ao falar monitoram-se, ou seja, preocupam-se em seguir as regras do padrão culto. Isso ocorre mais frequentemente em casos de discursos prontos, lidos, que são previamente escritos

e revisados, na maioria das vezes, por especialistas no assunto.

Dizer que o Presidente Lula “não tem cultura” porque não faz uso de “s” e “r” ao final das palavras em muitos de seus pronunciamentos é expressão de preconceito, oriunda, de um lado, do desconhecimento da noção de variedade linguística e, certamente, da crença de que há uma língua correta que caracteriza a fala das pessoas mais “letradas”. O que se constata, porém, no exame da fala espontânea é que a variação é encontrada na oralidade da grande maioria dos cidadãos, independente de sua classe social. E um fato notório é a denominada apócope, ou seja, a supressão do fonema final dos vocábulos (aceitar – aceitá; quer – qué; fazer – fazê...).

O terceiro texto submetido é de um adolescente prestes a realizar seu primeiro vestibular, preocupado com a utilização de uma escrita monitorada – caracterizando a maioria dos jovens dessa faixa etária, que demonstram conhecimento de mundo, mas não conseguem se expressar adequadamente.

(3) – “Talvez estes erros sejam por causa da falta de planejamento, ou, pelos novos elementos que são colocados em locais inadequados, em fim os problemas acontecem pelo fato do desenvolvimento rápido e sem planejamento antecipado causando a grande fama negativa a lugares, que com um pouco mais de cautela pode se tornar o favorito”.

Fala-se aqui em “adequação”, uma vez que alunos de terceiro ano do Ensino Médio têm uma prévia preparação para a produção de textos dissertativos

e conhecem ou são levados a conhecer as normas propostas pela gramática as quais são exigidas nesse tipo de redação. Pode-se perceber que o estudante tem uma opinião formada sobre o assunto, entretanto não conseguiu transpô-la à escrita; seu texto é rico de vocabulário, porém utilizado de forma confusa.

Numa sociedade letrada, não se lê e se escreve apenas, mas principalmente se fala. A valorização social de uma pessoa, nos dias de hoje, está bastante ligada ao seu desempenho escrito, mas também ao oral, em virtude de nossa ampla exposição aos meios de comunicação, como a televisão, o rádio e o cinema. Hoje, deve-se procurar dedicar o mesmo tempo de aprendizagem tanto para a expressão oral quanto para a expressão escrita. Para revitalizar a língua escrita, é necessária a inserção dos elementos da língua falada – em constante transformação.

Cada falante da língua utiliza uma variante determinada pelo momento histórico em que vive, pela região em que mora, pela classe social a que pertence, por sua formação cultural. Mas há dois

padrões de linguagem que se considera que um falante de formação escolar média deve conhecer e saber explorar: a norma culta – usada em situações formais, especialmente em textos escritos; a linguagem coloquial – usada no dia a dia, em situações informais e, principalmente, na oralidade.

Embora haja correlações entre fala e escrita, o ato de escrever é muito diferente do ato de falar. E a grande diferença reside essencialmente no fato de o interlocutor estar presente na hora da fala e ausente no momento em que se escreve. Como localizar para quem se escreve? Quem lerá? De que modo será interpretado? Será que a mensagem pode ser decodificada? Quando se fala qualquer problema na interpretação ou compreensão pode ser imediatamente retomado e solucionado através de uma interrupção do ouvinte; além disso, quando se conversa ou se é ouvido, outros componentes da fala formam um ambiente propício: gestos, expressões faciais, tom de voz que complementam, modificam e reforçam o que se diz.

4.2 ATITUDES DOS INFORMANTES

	TEXTO 1 – Fala de um adolescente
Informante 1	<ul style="list-style-type: none"> - ...aí realmente é uma linguagem mais de gíria. - ...isso é uma linguagem muito portuária. - ...não precisa ser uma pessoa velha ou nova...
Informante 2	<ul style="list-style-type: none"> - ...falante jovem, pela gíria “cara”, “pô”... - ...um nível sociocultural até bom... - ...é até uma coisa muito comum na linguagem entre jovens. - ...é um falante jovem. - ...não dá pra dizer que é alguém que não tem ou que tem muita escolaridade.
Informante 3	<ul style="list-style-type: none"> - ...não é o português devidamente empregado. - ...pra mim, tá totalmente errado. - ...isso é uma gíria. - ...isso aí é a maneira como hoje eles estão se relacionando... tanto na parte da gramática quanto oralmente. - É assim que eles estão falando, é assim que eles estão escrevendo. - ...adolescentes já se encaminhando pra uma fase mais adulta. - Com um nível cultural até bem construído. - ...em nível superior a gente encontra pessoas cometendo esses erros.
Informante 4	<ul style="list-style-type: none"> - É uma forma mais da gurizada falar. - ...alunos que têm um grau mais elevado, um nível mais de conhecimento, de casos de pais que são formados, falam esse tipo linguagem. - ...também os fanqueiros, esse tipo de pessoa. - o “cara” tá muito na boca das crianças, dos jovens, dos adolescentes. - ...não gosto, eu acho vulgarizado. - Eles se entendem assim.

TEXTO 2 – Fala do Presidente da República	
Informante 1	<ul style="list-style-type: none">- Eu, dói nos ouvidos.- ...tem alguma coisa de concordância que não está batendo bem.- Às vezes a gente cria vícios de linguagem.- ...a gente tem que se corrigir e praticar.- ...não quer dizer que seja questão de nível cultural.
Informante 2	<ul style="list-style-type: none">- ...compreensível na fala cotidiana.- ...dentro da norma culta, pouco utilizada.- ...apresenta erros, comprometimento.- ...qualquer pessoa, até um professor pode se expressar assim.- ...não necessariamente seja uma pessoa sem cultura nenhuma, sem escolaridade.
Informante 3	<ul style="list-style-type: none">- ...eu acho que ela não está correta.- ...essa palavra “palpite” está repetida várias vezes na mesma oração.- “Se a gente”, eu acho esse termo um pouco fora do contexto.- Não acredito que seja uma pessoa que não tenha um certo nível de cultura.
Informante 4	<ul style="list-style-type: none">- Errada.- “A gente” não existe.- ...grau de escolaridade baixo.- ...eu acho uma maneira meio vulgar de se expressar.- ...nós entendemos perfeitamente o que ela quis dizer.

TEXTO 3 – Parágrafo de aluno de 3º ano do Ensino Médio	
Informante 1	
Informante 2	<ul style="list-style-type: none"> - ...não consegui entender a mensagem. - tem uma repetição de palavras. - fala, fala e não diz o que realmente quer expressar. - Essa informação tá truncada, o texto tá mal redigido. - Tá muito comprometido. - ...grau superior. - ...alunos de ensino médio, que escrevem e não conseguem. Têm o vocabulário e não conseguem expressar aquilo que eles estão pensando. - ...a pessoa escreve tudo certinho, só que na estrutura da frase ela não consegue dizer nada. Ela não desenvolve o texto. - ...parece que ela tem um domínio de vocabulário, pode ser até uma pessoa que leia. - ...não dá pra atribuir um significado pra isso que ela escreveu.
Informante 3	<ul style="list-style-type: none"> - Não sei se eu entendi. - Eu acho que ele poderia ser melhor construído, pra melhor entendimento. - ...algumas palavras estão fora do lugar. - ...algumas vírgulas estão fora do lugar. - ...erros ortográficos não. - Classe média. - ...com alguma instrução...pessoas graduadas...Pessoas com um bom nível de instrução.
Informante 4	<ul style="list-style-type: none"> - ...não dá nem pra interpretá-lo. - ...uma pessoa meio ignorante que quer falar bem. - ...intenção ele tem de rebuscar. - ...um nível social mais alto do que baixo. ...um vocabulário mais sofisticado. - ...acho que não é uma pessoa com alto nível.

Ao analisar cada entrevista e, especialmente, os recortes mostrados no quadro acima, podem-se perceber diferentes impressões e atitudes referentes aos textos propostos para reflexão.

Quanto ao texto 1 – “Pô, sora, i aí us cara vão ficá sozinhu?” –, verifica-se uma avaliação preconceituosa dos informantes em relação aos jovens de um modo geral ao afirmarem, por exemplo, que as expressões “cara” e “pô” fazem parte do vocabulário de um falante adolescente e, ao mesmo tempo, caracterizá-las como sendo gíria e uma maneira “errada” que eles (adolescentes) utilizam para se comunicar, o que remonta à crença histórica de que o jovem normalmente não sabe nada.

Encontra-se, ainda, uma falsa noção do que vem a ser “erro” em linguagem oral; os próprios informantes comunicam-se com um vocabulário que foge mais ou menos ao padrão culto, porém classificam o texto que lhes foi dado para análise como errado. Pode-se ver, também, o aparecimento do preconceito social ou socioeconômico, já que há a categorização da linguagem utilizada como pertencente a pessoas que compõem um determinado segmento – linguagem portuária, fanqueiros, “esse tipo de pessoa”. Essas afirmações denotam grande comprometimento com relação à sociedade em que se vive que é formada por infinitas comunidades com suas próprias características seja na maneira de falar, vestir-se, enfim, atuar em um contexto específico.

Observando as informações referentes ao texto 2 – “... Se “a gente” fosse “aceitá” “us” “palpiti” de

todos “qui” dão “palpiti”...” –, volta-se a encontrar aquela vaga noção de erro; ao afirmarem que não há concordância, que há repetição de palavras e que determinadas formas, como “a gente” não devem ser usadas, os informantes demonstram novamente que não têm bem definido o que é certo ou errado em relação à língua portuguesa e, mais especificamente, à fala. Salienta-se aqui, mais uma vez, que os próprios informantes não têm o “cuidado” que criticam ao analisar os textos quando se expressam no momento da entrevista. Nesse texto, verificou-se uma atitude preconceituosa dos informantes com relação ao nível de escolaridade do emissor. Três dos quatro informantes afirmaram que a pessoa que emitiu a fala apresentada, possui um grau de escolaridade, provavelmente, baixo e com pouca cultura. Acrescenta-se aqui a questão do conceito de cultura que nada tem a ver com o nível escolar de um indivíduo; a cultura caracteriza-se por ser a identidade própria de um grupo e num determinado período, assim não influenciando diretamente na maneira de se expressar – fala ou escrita – das pessoas. É importante salientar que, com referência ao texto 2, especificamente, um dos informantes (2), por ser um profissional da área de Letras, manifestou-se de outra forma. Embora tenha afirmado que o texto continha erros e que estava “comprometido”, declarou que o mesmo era compreensível na oralidade, percebendo a distinção entre linguagem coloquial e norma culta.

O texto 3 – “Talvez estes erros sejam por causa da falta de planejamento, ou, pelos novos elementos

que são colocados em locais inadequados, em fim os problemas acontecem pelo fato do desenvolvimento rápido e sem planejamento antecipado causando a grande fama negativa a lugares, que com um pouco mais de cautela pode se tornar o favorito” –, como dito anteriormente, partiu de uma produção escrita. Todas as impressões dos informantes remetem ao que se afirmou no corpo deste trabalho referindo-se à diferença entre escrita e fala. Houve uma grande dificuldade de apreensão do conteúdo da mensagem a ser transmitida. Percebe-se que as análises não denunciam problemas de ortografia, coesão ou es-

trutura textual, mas sim de falta de coerência e mau uso da linguagem. Aqui há quase unanimidade ao afirmarem que o nível de escolaridade é médio ou superior, ou seja, na escrita nota-se uma maior permissividade dos informantes perante os chamados “erros” evidenciados nos outros dois textos. Neles, também, houve sempre a crítica relacionada ao nível de instrução dos indivíduos (nível baixo, pouca escolaridade), fato que neste último não ocorreu.

Como mencionado, a pesquisa feita com os alunos foi através de perguntas escritas.

PERGUNTA 1	
Informante 1	- ...há muitos professores que infelizmente não conseguem fazer as devidas concordâncias existentes dentro de uma frase.
Informante 2	- ... utilizam as regras impostas pela língua portuguesa de maneira correta, falam bem e utilizam de uma linguagem culta. - ... outros não se preocupam nenhum pouco, usam uma linguagem altamente coloquial, muitas vezes fazendo erros grotescos.
Informante 3	- ... muitos deles não se preocupam com seu modo de falar. - ...vários erros de concordância, erros de português, repetições incansáveis de palavras como “né?!”. - ... acaba acarretando um ambiente mais descontraído e propício aos estudos.
Informante 4 Informante 5	- ... na maioria das vezes de forma correta. - ... o mau uso feito por alguns transparece a ideia de não saberem utilizar as palavras.
Informante 6	- ... uso correto da linguagem. - ... de vez em quando algumas palavras são ditas de forma errada.
Informante 7	- ... Eles falam de maneira acessível para que nós possamos entender.

PERGUNTA 2	
Informante 1	<ul style="list-style-type: none"> - ... todos professores preocupam-se com minha linguagem. - ... corrigem-me quando cometo equívocos. - ... professores mais críticos são exatamente os que cometem os piores erros.
Informante 2	<ul style="list-style-type: none"> - Alguns se preocupam e corrigem. - ... a maioria só lê e corrige o que a questão pede e não a forma de escrever. - ... na oralidade nunca corrigem.
Informante 3	<ul style="list-style-type: none"> - ... ligados à área do português ainda corrigem erros em provas e trabalhos. - ... de outras matérias não. - Na oralidade nenhum corrige. - ... os próprios alunos que falam e debocham de erros de colegas e professores.
Informante 4	<ul style="list-style-type: none"> - ... existem professores preocupados com estes aspectos. - ... são minoria.
Informante 5	<ul style="list-style-type: none"> - ... padrão rígido quanto à correção de nossa linguagem.
Informante 6	<ul style="list-style-type: none"> - ... não são todos os que corrigem os erros orais e escritos. - ... por sua disciplina não ser a de língua portuguesa, não é necessário esta correção.
Informante 7	<ul style="list-style-type: none"> - ... eles nos corrigem. - ... descontam a nota da nossa prova por causa desses erros.

preocupa-se com a correção da linguagem escrita, mais propriamente em provas; a linguagem oral é vista de uma forma mais relaxada, não havendo grande preocupação dos professores em corrigir seus alunos. Isso, na prática, vem de encontro ao que foi verificado quando da análise dos dados retirados das entrevistas com os educadores. As críticas feitas por eles quanto ao mau uso da linguagem oral parecem não afetar aos alunos de maneira evidente.

A pergunta 3 – “Tu achas que teus professores cometem erros de linguagem? Se sim, acreditas que isso influencia no teu desenvolvimento como educando e, conseqüentemente, no entendimento dos conteúdos

e atividades propostas?”, fazia referência aos possíveis “erros” de linguagem cometidos pelos professores e sobre a sua influência no aprendizado. Quanto aos erros cometidos, os informantes foram unânimes ao afirmar que seus professores cometem-nos; entretanto, acreditam que eles não interferem em sua aprendizagem, pois são levados em tom de brincadeira e prontamente corrigidos, seja pelo próprio professor ou pelos alunos. Somente um informante declarou-se descontente e preocupado, afirmando que se sente prejudicado ao ouvir seus professores falando de forma errônea, uma vez que tais equívocos podem ser incorporados ao vocabulário dos educandos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo de diferentes autores e ideias e a estruturação do corpus deste trabalho, pode-se concluir que o preconceito linguístico é uma constante na realidade escolar. É fato que no ambiente analisado percebeu-se que não chega a haver uma interferência grave na comunicação entre professores e alunos, uma vez que o nível de conhecimento da língua já é bastante avançado. O que se pode afirmar, com certeza, é que educadores e educandos percebem e apontam “erros” tanto na linguagem oral quanto na escrita uns dos outros.

Salienta-se a questão de que na linguagem oral os chamados “erros” são mais facilmente “perdoados” pelos professores com relação aos alunos; no entanto, estes criticam abertamente o mau uso da

língua oral feito por seus professores. Entre ambos é clara a existência do preconceito – mesmo que de forma sutil.

De tudo, a principal consideração a ser feita é a de que o grande objetivo deste trabalho – evidenciar a existência ou não de preconceito linguístico no ambiente escolar e verificar se a atitude percebida na comunicação estabelecida entre professores e alunos poderia interferir em suas relações diárias não foi atingido em sua totalidade.

Como já se afirmou, o preconceito linguístico existe, sim, conforme pode ser verificado através da análise dos dados feita anteriormente. O que não se constatou foi a interferência desse preconceito nas relações diárias no ambiente escolar. Professores e

alunos mostram-se defensores da linguagem culta, entretanto isso só é válido fora de seus domínios. Acredita-se que cabe perfeitamente aqui aquele velho dito popular: “faça o que eu digo, mas não o que eu faço”. Em qualquer situação do dia a dia das pessoas, a crítica é algo inerente. O que se pretende, no entanto, é que ao fazê-la se possa, também, autocriticar-se percebendo, com isso, que se vive em uma sociedade repleta de diferenças sociais, raciais, culturais, religiosas e, inclusive, de expressão oral e escrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Emília [et al.]. **Novas palavras**: português: Volume único: livro do professor. 2.ed. São Paulo: FTD, 2003.

BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

_____. **A norma oculta**: língua & poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. **A língua de Eulália**. São Paulo: Contexto, 2003.

BORGES, Edson. **Racismo, preconceito e intolerância**. São Paulo: Atual, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais**: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

CRYSTAL, David. **The Cambridge Encyclopedia of Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

MAIOR, Mário Souto. **A Mulher na Literatura de Estrada**. Disponível em: <http://www.soutomaior.eti.br/mario/paginas/cur_mul.htm>. Acesso em: 11 set. 2008.

MOURA, Vasco Graça. **A gripe das aves e os manuais de português**. Diário de Notícias. Lisboa, 08 mar. 2006. Disponível em: <http://dn.sapo.pt/Inicio/interior.aspx?content_id=637093>. Acesso em: 15 jan. 2007.

NUNES, Leticia. Critérios de cobertura: suítes no caso do índio Galdino. **Observatório da imprensa**. 28 out. 2003. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/observatorio/arquivo/principal_031028.asp#online>. Acesso em: 11 set. 2008.

PERINI, Mario A. **Sofrendo a Gramática**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2005.

_____. **Gramática descritiva do português**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2000.

PINSKY, Jaime. **Brasileiro(a) é assim mesmo**: cidadania e preconceito. São Paulo: Contexto, 1993.

QUEIROZ, Renato da Silva. **Não vi e não gostei**: o fenômeno do preconceito. São Paulo: Moderna, 1995.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

SANTOS, Emanuel dos. **Certo ou errado**: Atitudes e crenças no ensino da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Graphia, 1996.

SARMENTO, Leila Lauer. **Gramática em textos**. 2.ed. rev. São Paulo: Moderna, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1959.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. 17.ed. São Paulo: Ática, 2008.

NORMAS EDITORIAIS DO CADERNO MARISTA DE EDUCAÇÃO

1. Serão aceitos originais, inéditos ou não, reservando-nos o direito à seleção dos artigos a serem publicados. Em caso de trabalho já apresentado em evento, deve ser informado em nota de rodapé.

2. Serão aceitos textos que despertem o interesse pela leitura dos demais educadores Maristas.

3. Para publicação, o artigo deverá ter a aprovação de pelo menos, dois avaliadores, os quais emitirão parecer às cegas, isto é, sem conhecimento dos autores ou do Colégio. Somente o editor-chefe saberá o nome dos avaliadores.

4. Os artigos poderão ser aceitos sem restrições, com pequenas mudanças, com grandes alterações, ou rejeitados. Quando as alterações forem poucas e tratarem de aspectos formais, ou ainda, com vistas apenas à manutenção da homogeneidade e da qualidade da publicação, a redação fará as mudanças necessárias, respeitando, todavia, o estilo e as opiniões dos autores. Nos demais casos, o autor se encarregará da reformulação.

5. Os avaliadores terão prazo máximo de 30 dias para emissão de seus pareceres, cujas cópias

anônimas serão enviadas aos autores.

6. A própria comissão editorial se encarregará da revisão para impressão.

7. Os textos não publicados não serão devolvidos aos autores.

Normas de apresentação dos trabalhos

Formato

Todas as colaborações devem ser digitadas em Word, para agilizar a publicação e em papel branco, tamanho A4 (21X29,7cm), espaço 1,5, observando a ortografia oficial.

Elementos dos trabalhos:

a. título do artigo, que expresse diretamente o tema, sendo o subtítulo dedicado às suas delimitações;

b. nome completo do educador e colégio a que está vinculado;

c. o texto deve ser escrito sempre na terceira pessoa do verbo. Recomenda-se que o texto seja demarcado em três partes, distribuindo-se a matéria: Introdução, Estudo (reflexão e análises interpretativas, verbalizando as ilustrações gráficas), Consi-

derações finais e/ou conclusões.

Resumo

Deve ser incluído um resumo informativo, de aproximadamente 100 palavras, em português, digitado em espaço 1,5, na segunda página do original. Recomenda-se o uso de parágrafo único para o resumo. Abaixo dele, incluir palavras-chave.

Nota de rodapé

Preferencialmente, solicita-se que seja utilizada apenas na primeira lauda e para indicar vínculo profissional, auxílios recebidos, apresentação em eventos de créditos.

Ilustrações

a) Fotografias, em documento digital, além de constarem no texto, na posição em que devem ser publicadas, devem ser enviadas em arquivo anexo ao texto e ter resolução mínima de 300dpis . Em sendo fotografias analógicas, devem ser nítidas em papel brilhante, preto e branco, tamanho máximo 9x14cm.

b) Figuras, em documento digital, além de constarem no texto, na posição em que devem ser publicadas, devem ser enviadas em arquivo anexo ao texto e ter resolução mínima de 300dpis. Em sendo fotografias analógicas, devem ser nítidas em papel brilhante, preto e branco, tamanho máximo 20x30cm.

c) Quadros e tabelas, devem ser acompanhados de título que permita compreender o significado dos dados reunidos.

d) As imagens, quadros e tabelas que não atenderem às normas acima listadas, não poderão ser utilizadas nos artigos.

Referências:

As referências, redigidas segundo a norma da NBR 6023/2002, da ABNT. As referências deverão ser listadas em ordem alfabética dos autores. As referências, ao final do trabalho, devem ser separadas entre si por dois espaços simples.

Encaminhamento:

Enviar à Comissão de Educação, na Sede Provincial Marista, com carta em que conste a solicitação para publicação; em caso de mais de um autor, todos devem assinar o documento.

Remeter à produção:

E-mail: coeduc@maristas.org.br

Ou em CD:

Rua Irmão José Otão, 11

CEP: 90035-060 – Porto Alegre – RS.

